

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº _____ DE 2025.

(Da Sra. Adriana Ventura)

Requer a realização de audiência pública para debater sobre a diferença entre remunerações dos três poderes.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do Art. 24, Inciso III, combinado com o Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão com o objetivo de debater diferença entre remunerações dos três poderes da União:

- a) **Representante do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos**, para apresentar a perspectiva governamental sobre as discrepâncias salariais entre as carreiras dos três poderes.
- b) **Representante da FONASEFE - Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais**, para apresentar a perspectiva das carreiras do Poder Executivo.
- c) **Representante do SINDIJUS - Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF**, para apresentar a perspectiva das carreiras do Poder Judiciário.
- d) **Representante do Sindilegis - SINDICATO SERVIDORES PODER LEGISLATIVO FEDERAL E TCU**, para apresentar a perspectiva das carreiras do Poder Legislativo.
- e) **José Teles**, Pesquisador do IPEA.



JUSTIFICAÇÃO

A proposta de realizar uma audiência pública dedicada a debater as diferenças salariais entre carreiras dos três poderes na União se insere em um debate mais amplo a respeito das diferenças salariais entre setor público e privado e mesmo entre esfera de poder no Brasil.

A proposta, aqui, é avaliar como os três poderes vêm organizando seu corpo burocrático, estruturando carreiras e remunerando esses servidores que, em muitos casos, realizam tarefas semelhantes, mas percebendo salários discrepantes. Ou, em outros casos, servidores com salários equivalentes em termos de complexidade e riscos que recebem remunerações completamente distintas.

A enorme fragmentação de carreiras no setor público brasileiro dentro de cada poder e entre poderes acaba por perpetuar ineficiências e estimular comparações que, não raro, resultam em demandas infinitas por equiparações entre carreiras menos e mais favorecidas. Trata-se de um ciclo vicioso em que o pleito das categorias profissionais acaba se voltando quase que exclusivamente para demandas remuneratórias, deixando de lado o debate pela melhoria e busca por mais eficiência no setor público. Trata-se de cenário estimulado pela forma com que o próprio Estado estrutura essas carreiras e negocia reajustes e pautas - de maneira fragmentada e sem estudos adequados sobre as reais necessidades da sociedade.

Nesse sentido, busca-se um debate a respeito dessas diferenças na estrutura burocrática dos três poderes e levantamento de possíveis caminhos para que haja, dentro do Estado Brasileiro, maior racionalidade no preenchimento de cargos efetivos e estrutura remuneratória no setor público.

Sala da Comissão, de março de 2025.

Deputada **ADRIANA VENTURA**
NOVO/SP

